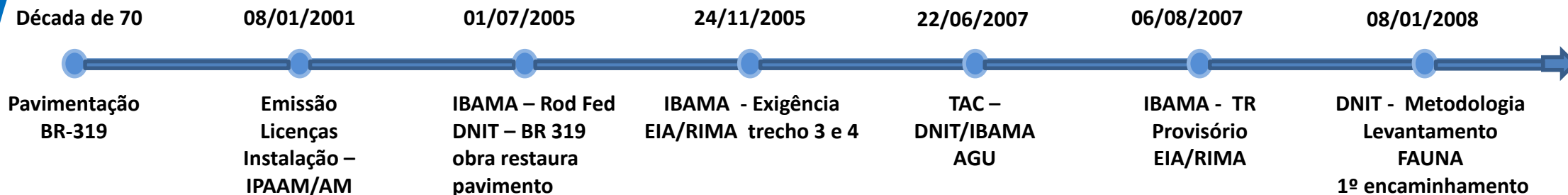


# Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

## BR 319 – AM/RO

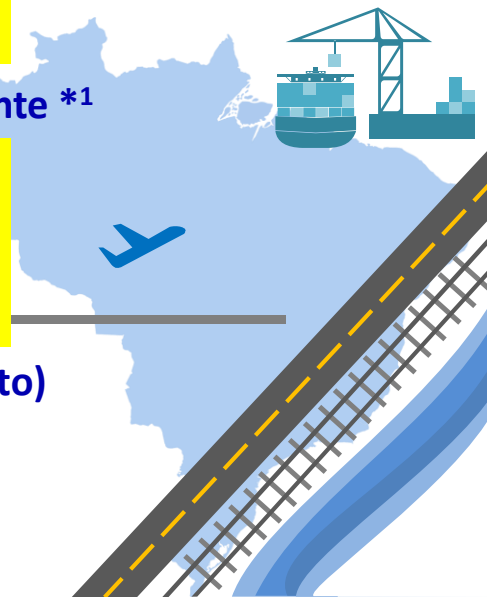


## HISTÓRICO



- 1970 – Rodovia totalmente pavimentada
- Jan/2001 – Emitidas as Licenças Ambientais pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
- Jul/2005 – IBAMA informa ser de sua competência as Licenças Ambientais – Rodovia Federal
- Jul/2005 – DNIT informa ao IBAMA que BR-319/AM – obra de restauração de pavimento já existente \*1
- Nov/2005 – IBAMA informa necessidade de EIA/RIMA para os trechos 3 e 4 \*1
- Jun/2007 – Assinatura do TAC (AGU) – DNIT - IBAMA – Exigência EIA/RIMA Trechos 250km a 655,7km
- Ago/2007 – IBAMA encaminha ao DNIT o Termo de Referência Provisório para o EIA/Rima
- Jan/2008 – DNIT entrega proposta de Metodologia de Levantamento de Fauna (1º encaminhamento)

\*1 Portaria Interministerial nº 273/2004 – institui e estabelece o Programa Nacional de Regularização Ambiental de Rodovias Federais



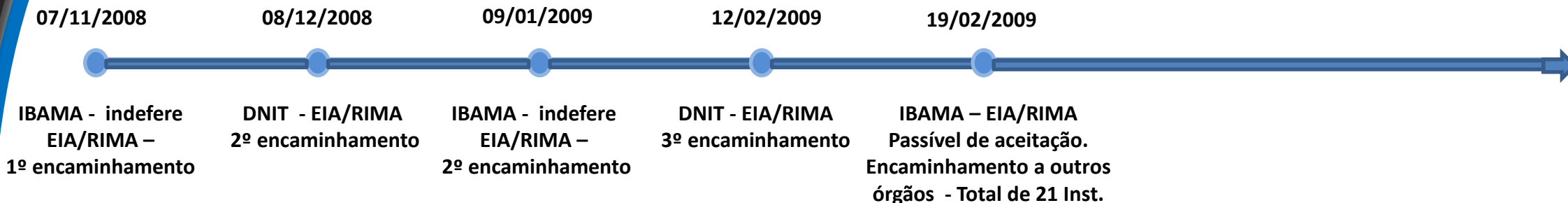
## HISTÓRICO



- **Fev/2008 – IBAMA encaminha ao DNIT Novo Termo de Referência Provisório para o EIA/RIMA**
- **Fev/2008 – IBAMA indefere a Proposta de Metodologia Levantamento de FAUNA – 1º encaminhamento**
- **Mai/2008 – DNIT encaminha Proposta de Metodologia Levantamento de FAUNA – 2º encaminhamento**
- **Mai/2008 – IBAMA aprova a Proposta de Metodologia Levantamento de FAUNA – 2º encaminhamento**
- **Jun/2008 – IBAMA encaminha Termo de Referência Definitivo para o EIA/RIMA**
- **Set/2008 – DNIT encaminha ao IBAMA o EIA/RIMA - 1º encaminhamento**
- **Set/2008 – DNIT encaminha a FUNAI o Estudo de Componente Indígena – 1º encaminhamento**



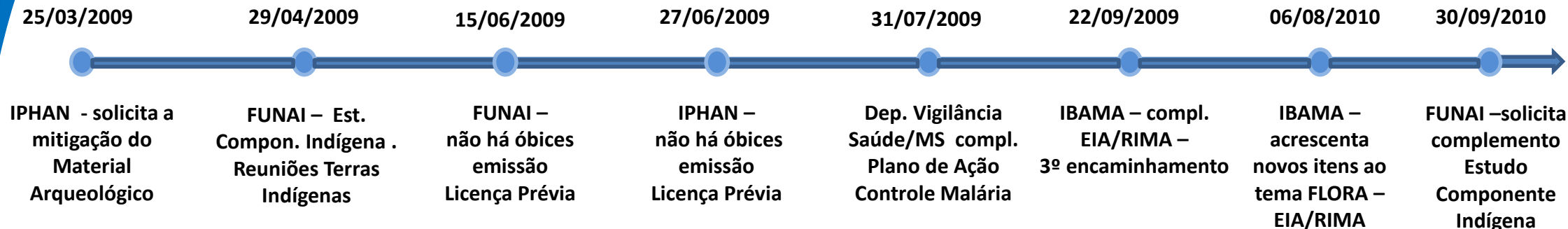
## HISTÓRICO



- Nov/2008 – IBAMA indefere o Estudo de EIA/RIMA – 1º encaminhamento
- Dez/2008 – DNIT encaminha o Estudo de EIA/RIMA – 2º encaminhamento
- Jan/2009 – IBAMA indefere o Estudo de EIA/RIMA – 2º encaminhamento
- Fev/2009 – DNIT encaminha o Estudo de EIA/RIMA – 3º encaminhamento
- Fev/2009 – IBAMA informa que o Estudo de EIA/RIMA passível de aceitação, contudo solicita que o EIA/RIMA seja encaminhado às Instituições abaixo relacionadas:
  - Ministério Meio Ambiente; Ministério da Saúde; ICMBio;
  - Superintendência do IBAMA no Amazonas e Rondônia;
  - IPAAM; SEDAM; FUNAI; INCRA; IPHAN;
  - Prefeituras Municipais (Área de Influência da Rodovia)



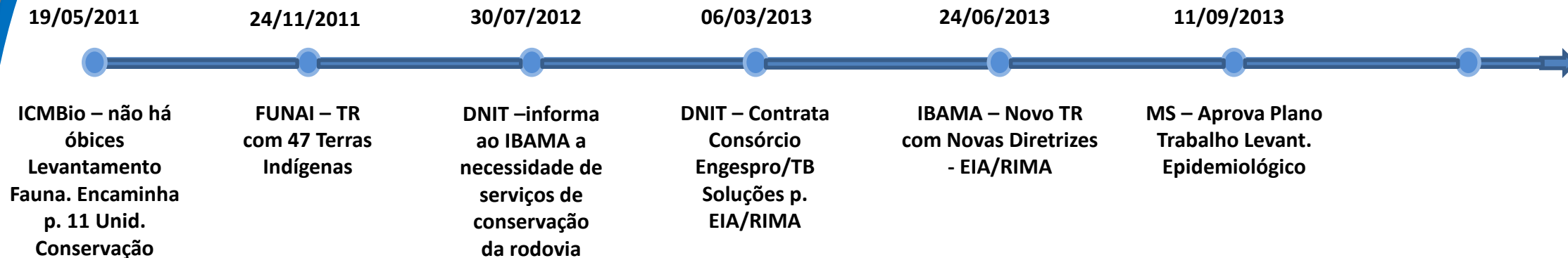
## HISTÓRICO



- Mar/2009 – IPHAN solicita as medidas mitigadoras de proteção do material arqueológico
- Abr/2009 – FUNAI - Estudo de Compon. Indígena - 1ª v. (set/2008) – necessidade de reuniões nas Terras Indígenas
- Jun/2009 – FUNAI – comunica não haver óbice quanto a emissão da Licença Prévia
- Jun/2009 – IPHAN – comunica não haver óbice quanto a emissão da Licença Prévia
- Set/2009 – DVS/MS - comunica não haver óbice quanto a emissão da Licença Prévia
- Set/2009 – IBAMA solicita complementações ao EIA/RIMA
- Ago/2010 – IBAMA solicita novas complementações ao EIA/RIMA no tocante ao tema Flora
- Set/2010 – FUNAI solicita complementações referente ao Estudos de Componente Indígena



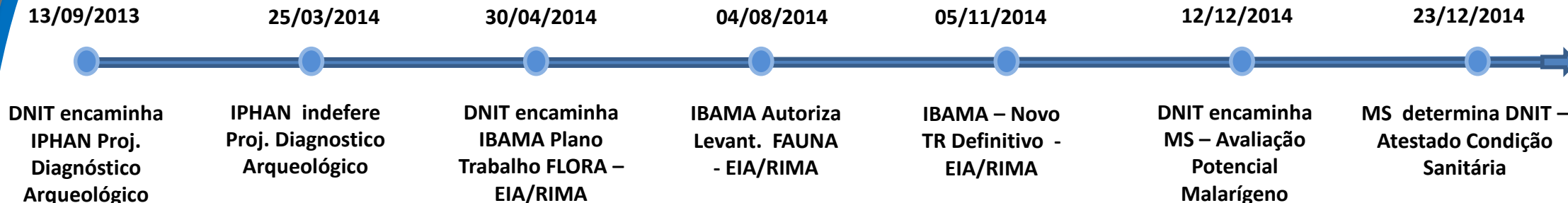
## HISTÓRICO



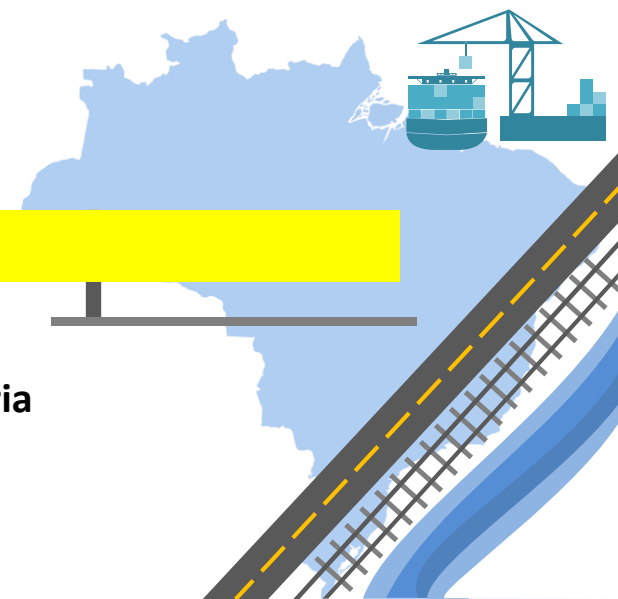
- Mai/2011 – ICMBio – declara não haver óbices acerca do Levant. Fauna. No entanto, encaminha a 11 Unid. Conservação
- Nov/2011 – FUNAI – encaminha Termo Referência englobando 47 Terras Indígenas
- Jul/2012 – DNIT informa ao IBAMA a necessidade de serviços de conservação da rodovia
- Mar/2013 – DNIT contrata Consórcio Engespro/TB Soluções - EIA/RIMA (diante das constantes complementações)
- Jun/2013 – IBAMA encaminha Novo Termo de Referência ao Estudo de EIA/RIMA, devido, entre outros fatores:
  - i) às contribuições dos Órgãos intervenientes (ex.: FUNAI, IPHAN, ICMBio);
  - ii) atualização de normativos, a exemplo nova padronização para amostragens de fauna.
- Set/2013 – Ministério Saúde aprova Plano Trabalho Levantamento Epidemiológico



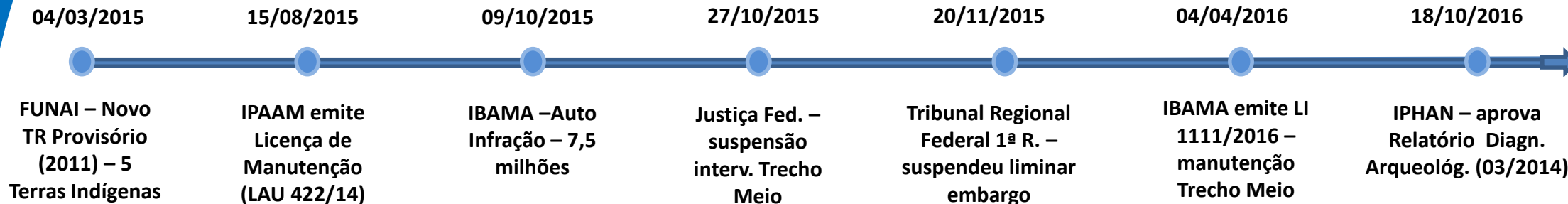
## HISTÓRICO



- **Set/2013 – DNIT encaminha ao IPHAN Projeto Diagnóstico Arqueológico**
- **Mar/2014 – IPHAN indefere Projeto Diagnostico Arqueológico**
- **Abr/2014 – DNIT encaminha ao IBAMA o Plano de Trabalho FLORA – EIA/RIMA**
- **Ago/2014 – IBAMA autoriza Levantamento de FAUNA - EIA/RIMA**
- **Nov/2014 – IBAMA encaminha Novo Termo de Referência Definitivo - EIA/RIMA**
- **Dez/2014 – DNIT encaminha Ministério da Saúde a Avaliação Potencial Malarígeno**
- **Dez/2014 – Ministério Saúde determina ao DNIT que requeira o Atestado Condição Sanitária**



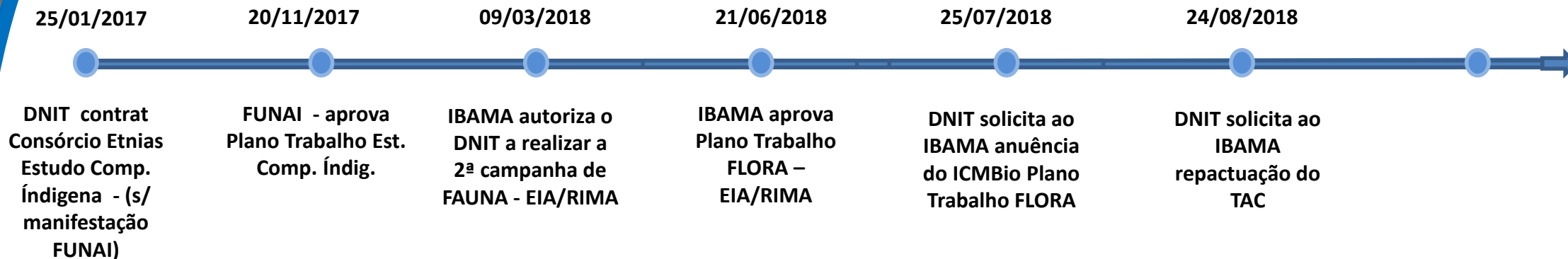
## HISTÓRICO



- **Mar/2015 – FUNAI – Novo Termo de Referência Provisório abrangendo 5 Terras Indígenas. No entanto, dessas 2 Terras Indígenas encontram-se a mais de 40 km de distância da rodovia, de acordo com a Portaria/FUNAI**
- **Ago/2015 – IPAAM emite Licença Ambiental Única (LAU 422/14) para manutenção/recuperação (km177,8 ao km 655,7)**
- **Out/2015 – IBAMA – Embargou a obra (km 250 ao km 655,7). Auto Infração – 7,5 milhões**
- **Out/2015 – Justiça Federal – suspensão de qualquer intervenção no Trecho Meio**
- **Nov/2015 – Tribunal Regional Federal 1ª Região suspendeu a liminar do embargo da Justiça Federal**
- **Abr/2016 – IBAMA emite Licença de Instalação nº 1111/2016 – manutenção na faixa de domínio do Trecho Meio**
- **Out/2016 – IPHAN aprova Relatório Diagnóstico Arqueológico**



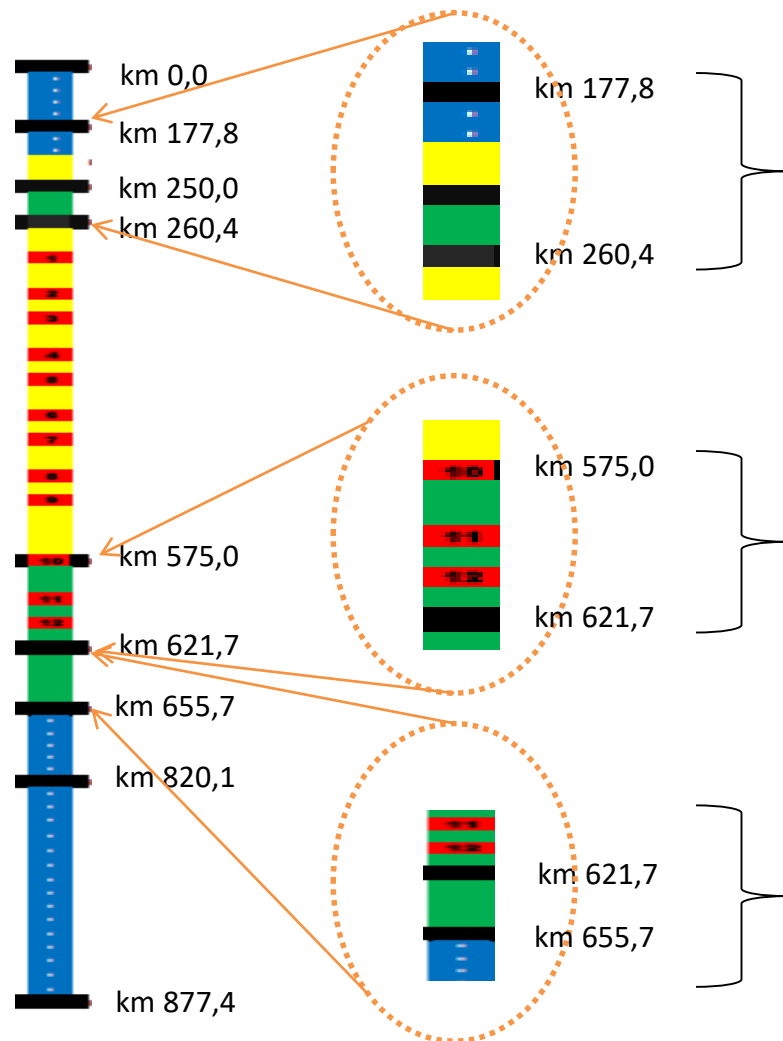
## HISTÓRICO



- Jan/2017 – DNIT contrata Consórcio Etnias para o Estudo Componente Indígena (s/ manifestação FUNAI)
- Nov/2017 – FUNAI aprova Plano de Trabalho do Estudo Componente Indígena
- Mar/2018 – IBAMA emite autorização para DNIT realizar a segunda campanha de fauna do EIA
- Jun/2018 – IBAMA aprova Plano de Trabalho sobre Flora
- Jul/2018 – DNIT solicita ao IBAMA anuência do ICMBio no Plano Trabalho sobre FLORA
- Ago/2018 – DNIT solicita ao IBAMA repactuação do TAC



## ➤ PROPOSTA MT/DNIT – Alteração Termo de Acordo e Compromisso – TAC - Cláusula Sétima



### Modificação 01 - Lote "C" - permitida repavimentação:

- Inclusão de 10,40 km, passando a ficar com 82,60 km (km 177,80 a km 260,40);
- Implantação de ponte de concreto sobre Igarapé Igapó-Açu

### Modificação 02 - Lote "C" - permitida repavimentação:

#### Trecho do Meio –

- Criação do Lote "C-1" – (km 575,00 a km 621,7);
- Mesmo tipo de obra delimitada para o lote C

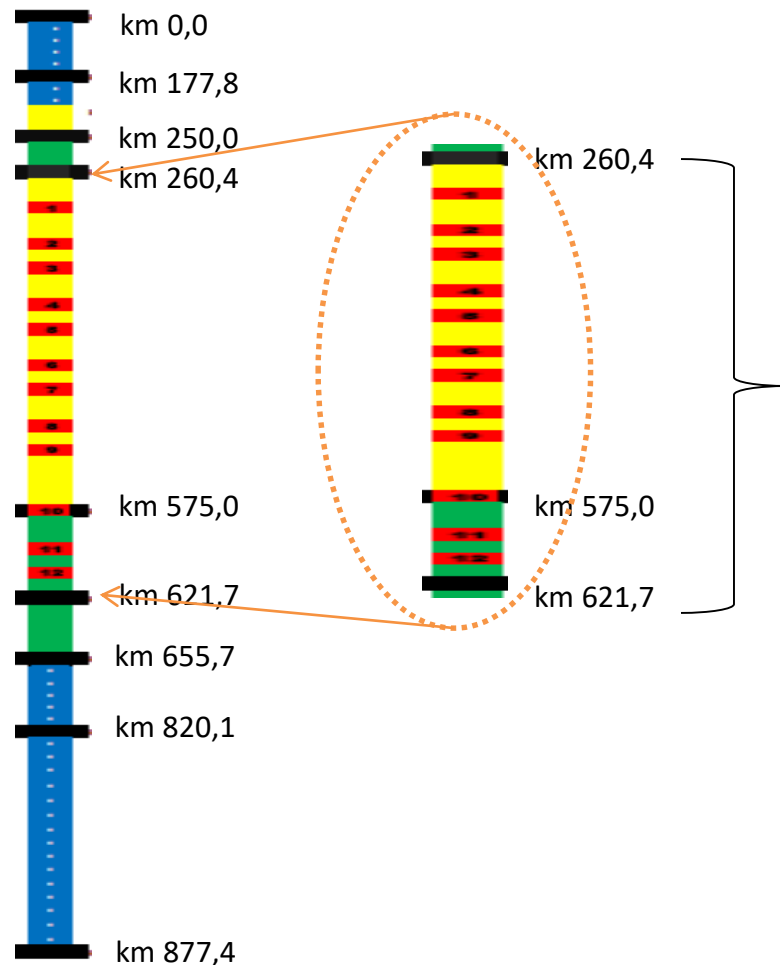
### Modificação 03 - Lote "C" - permitida repavimentação:

#### Trecho do Meio –

- Criação do Lote "C-2" – (km 621,7 a km 655,70);
- Mesmo tipo de obra delimitada para o lote C



## ➤ PROPOSTA MT/DNIT – Alteração Termo de Acordo e Compromisso – TAC - Cláusula Sétima



### Modificação 04:

**De:** Cláusula Primeira, § 6º  
“entre outras pontes”

**Para:** Igarapés Jacaretinga,  
Novo, Jutai, Caetano,  
Velo, Piquiá,  
Puruzinho, Acará,  
Nazaré, Santo Antônio,  
Realidade e Fortaleza,

Nº	Ponte	km
1	Igarapé Jacaretinga	288,9
2	Igarapé Novo	366,5
3	Igarapé Jutai	385,5
4	Igarapé Caetano	432,4
5	Igarapé Velo	434,2
6	Igarapé Piquiá	513,1
7	Igarapé Puruzinho	522,0
8	Igarapé Acará	553,5
9	Igarapé Nazaré	571,1
10	Igarapé Santo Antônio	575,0
11	Igarapé Realidade	589,4
12	Igarapé Fortaleza	600,3

### Modificação 05 - exclusão do TAC. Segmentos já

**encontram-se no PROFAS:**

Segmento A: do km 0,0 ao 177,8 da BR-319/AM

Segmento B: do km 655,7 ao 877,4 da BR-319/AM

## DNIT – INSTRUMENTOS CELEBRADOS TOTAL DE RECURSOS DESPENDIDOS

### ➤ INSTRUMENTOS CELEBRADOS – 2007 a 2018

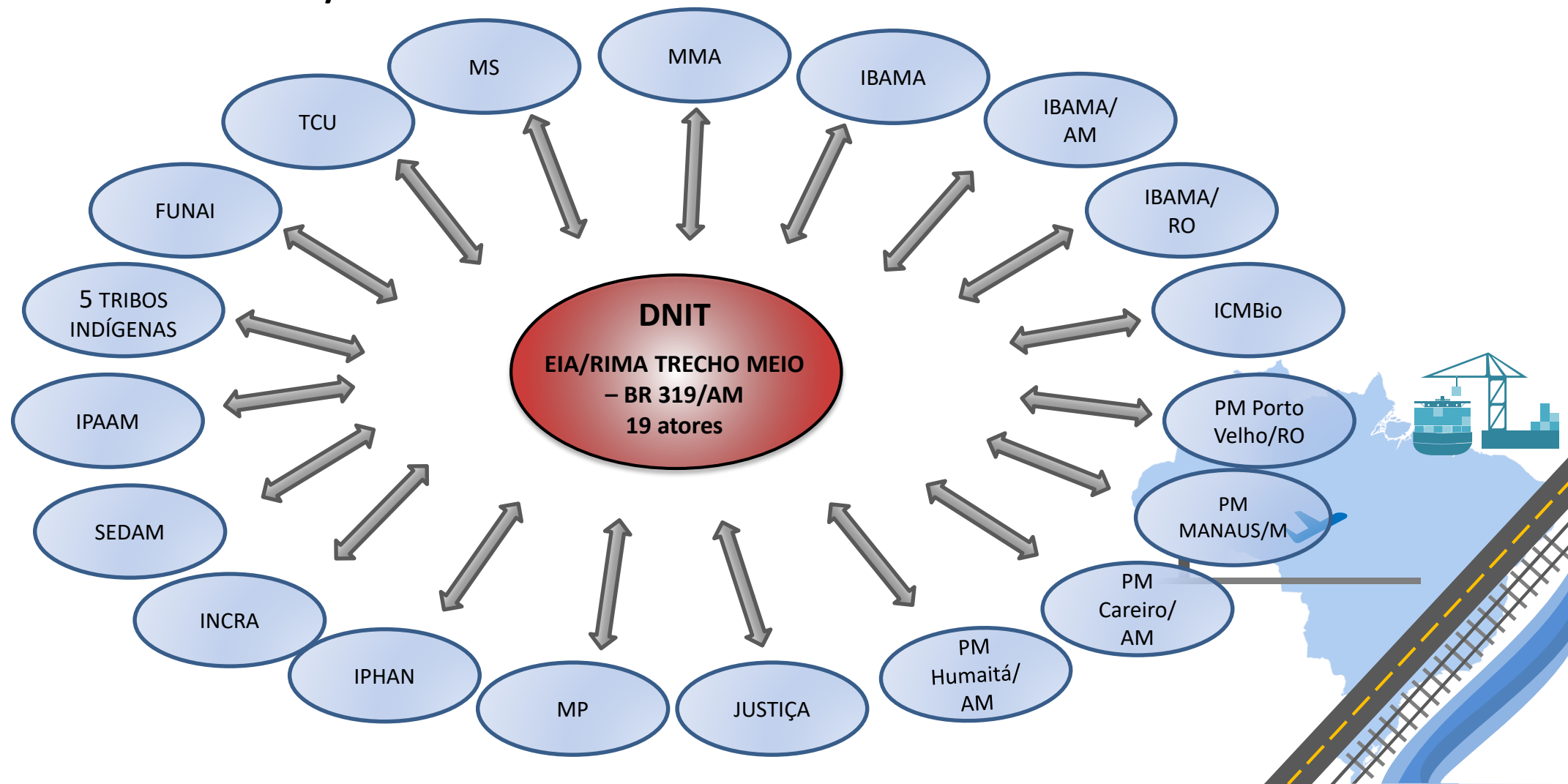
INSTITUIÇÃO	OBJETO	RECURSOS	VALOR PAGO
FUA I	Elaboração do EIA/RIMA e PBA	2.023.306,00	2.023.306,00
FUA II	Adequações do EIA/RIMA	1.081.646,55	1.081.646,55
COPPETEC	Execução de Programas Ambientais e gerenciamento técnico de processo de licenciamento ambiental	12.657.337,57	12.657.337,57
DEC/Exército	Monitoramento, Gerenciamento e Diversos Estudos Ambientais	2.759.700,00	2.759.700,00
DCT/Exército	Demarcação das UC's Federais e Estaduais.	29.110.000,00	29.110.000,00
DEC/Exército	Elaboração de Projeto de Engenharia para os Portais de Fiscalização	1.497.379,66	1.497.379,66
DEC/Exército	Elaboração de Estudos para subsidiar a autorização para supressão da vegetação	2.759.700,00	2.759.700,00

INSTITUIÇÃO	OBJETO	RECURSOS	VALOR PAGO
DEC/Exército (Programas Ambientais) PBA	Programa de Monitoramento e Controle de Faixa de Domínio; Controle de Processo Erosivo; Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	15.993.708,92	15.993.708,92
ICMBio	Implementação e proteção das Unidades de Conservação Federal da BR-319.	33.488.161,00	31.195.670,11
CEUC/SDS	Implementação de 9 (nove) Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas localizadas na área de influência da BR-319,	9.958.550,00	9.958.550,00
ENGESPRO/TB	Complementação do EIA/RIMA	10.001.001,03	2.500.250,26
LAGHI/MAC ENGENHARIA	Elaboração do Estudo do Componente Indígena e do Plano Básico Ambiental Indígena	2.117.293,74	0
		<b>123.447.784,47</b>	<b>111.537.249,07</b>

### ➤ CONDICIONANTES ANTECIPADAS

### ➤ VALOR TOTAL DE RECURSOS DESPENDIDOS – R\$ 111.537.249,07

## ➤ TAC – EXIGÊNCIA EIA/RIMA – TRECHO MEIO



## ESCLARECIMENTOS RELATIVO À AUDIÊNCIA DE 10/07/2018

BR – 230/PA

- LICENÇA AMBIENTAL
- OBRA CONTRATADA

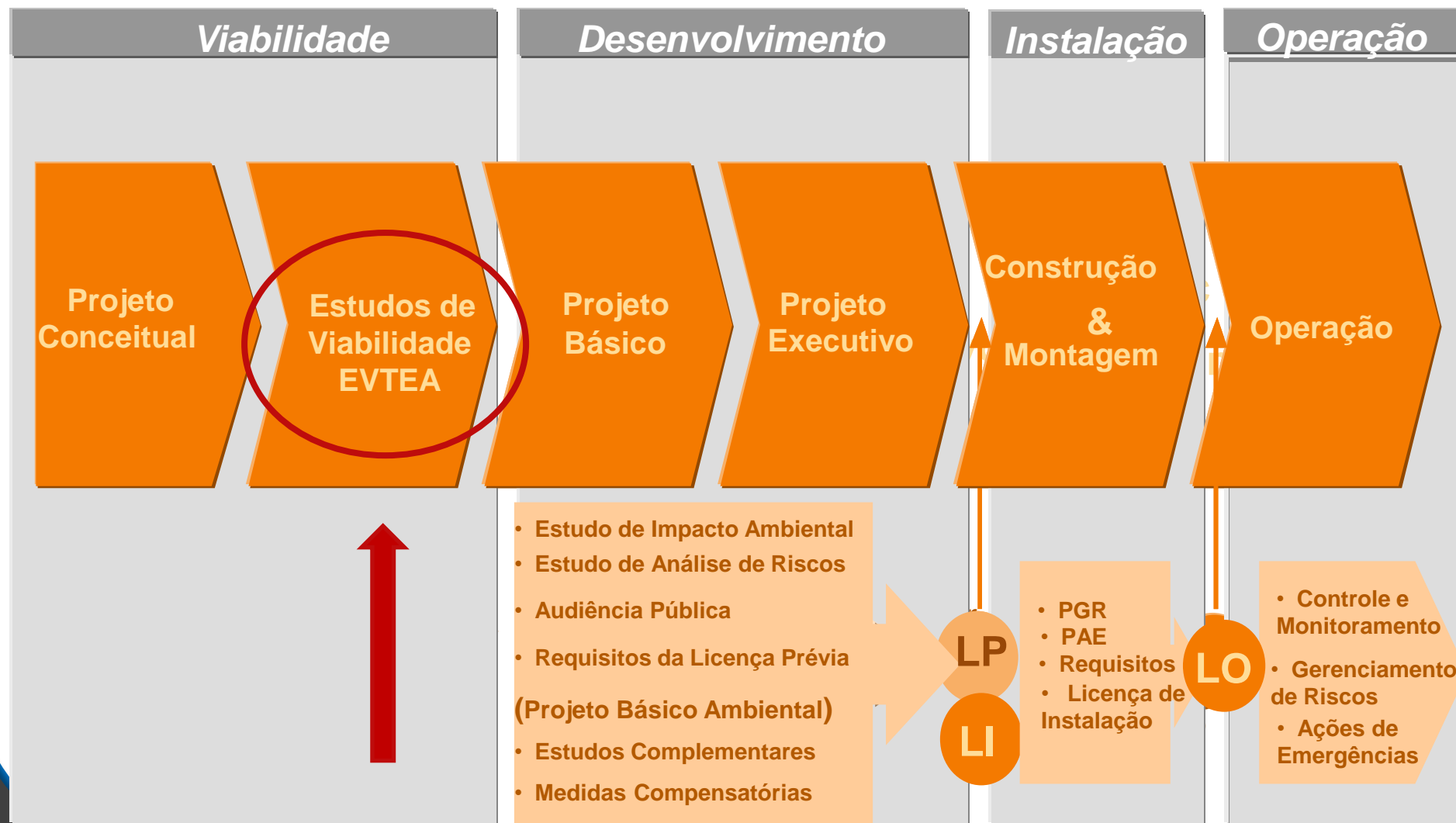
### BR – 230/AM

- Estagio Atual : **ESTUDO VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL – EVTEA**
  - Em cumprimento a LEI 8666/93;
  - Obrigatório segundo o TCU – Acórdão nº 1884/2016 – TCU/Plenário;
  - Previsão de **conclusão em dez/2018**;
  - EVTEA é desenvolvido anterior ao Projeto de Engenharia (identifica alternativas de traçado; caract. técnicas e operacionais; possíveis impactos sobre o meio ambiente).
- Próximos passos: **i) Elaboração do Projeto de Engenharia; ii) Solicitação do Licenciamento Ambiental.**
- **OBSTÁCULOS A SEREM VENCIDOS CONTANDO COM O AUXÍLIO DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA/SENADO**
  - Obra não contemplada nos programas AVANÇAR/PAC;
  - **14 Terras Indígenas dentro do buffer - raio de 40km, conforme Portaria/FUNAI;**
  - **5 unidades de Conservação Federal - necessidade de autorização do ICMBio;**
  - Organização Internacional do Trabalho - Convenção nº 169 - **necessidade de consulta às 14 Terras Indígenas;**





## ESCLARECIMENTOS RELATIVO À AUDIÊNCIA DE 10/07/2018



# Obrigado!

**José Fábio Porto Galvão**  
*Superintendente Regional do DNIT/AM*